

- A Coligação “Para a Frente” declara no seu programa eleitoral a necessidade de reformar a Segurança Social, defende um debate alargado, o envolvimento da sociedade civil e um amplo consenso político. O Partido Socialista assume no seu programa eleitoral gerir de forma reformista o sistema de Segurança Social visando reformar a sustentabilidade, equidade e eficácia redistributiva.

Ambos reconhecem que há desequilíbrios financeiros estruturais no sistema de pensões, apontando as suas causas para a evolução demográfica. A Coligação lista um conjunto de princípios que a reforma deve salvaguardar e apresenta um conjunto de preocupações a que a reforma deve atender. O Partido Socialista apresenta uma lista de linhas de actuação a que se deve submeter a gestão prudente para melhorar a sustentabilidade da Segurança Social.

Ambos não apresentam um projecto ou visão de futuro para o sistema de pensões. A Coligação proclama a necessidade de uma reforma mas não a concretiza e o Partido Socialista proclama uma gestão reformista e prudente que levará à sustentabilidade.

Ambos reconhecem que há uma quebra de confiança dos contribuintes e beneficiários no sistema de pensões e a necessidade da sua recuperação. Ambos concordam que é preciso melhorar o rigor e a profundidade dos estudos e projecções, melhorar a comunicação e a divulgação de estatística de qualidade, tudo a bem da transparência e do escrutínio público. Ou seja, ambos reconhecem que algo vai mal no plano da transparência e da *accountability*. Proclamar todas aquelas melhorias, exigentes e necessárias, implica assumir, também, mudanças no modelo institucional de governação do sistema de Segurança Social. Mas ambos mostram dificuldades em o assumir explicitamente.

Há, portanto, pontos de convergência na divergência do olhar que ambos assumem publicamente sobre o que precisa de ser feito e como deve ser feito, o que não tem que necessariamente coincidir sobre tudo o que pensam mas que apenas em parte é partilhado com os eleitores.

- É bom ter presente que as dificuldades financeiras estruturais do sistema de pensões, e mais recentemente na janela temporal do curto prazo com ondas que se irão propagar ao longo do tempo, têm consequências graves ao nível de outras dimensões igualmente importantes, mas que têm estado ausentes da avaliação e discussão dos problemas.

Sendo verdade que o sistema de pensões (refiro-me ao sistema previdencial da segurança social) apresenta problemas financeiros estruturais (isto é, as contribuições não são suficientes para fazer face, no médio e longo prazo, às despesas com as pensões prometidas), é igualmente verdade que a insustentabilidade financeira está e vai continuar a gerar iniquidades entre gerações. Este é um problema de que pouco se fala, muitas vezes secundarizado.

Ora, é uma questão da maior importância. A iniquidade intra e entre gerações está na base da perda de confiança no sistema de pensões. A desconfiança que está instalada é legítima. O que está em causa é o “contrato social” que une gerações, no qual assenta o mecanismo de

repartição através do qual as gerações no activo que fazem contribuições para pagar as pensões dos pensionistas esperam (no nosso caso, já não esperam!) que as futuras gerações de activos financiem as suas pensões mantendo o mesmo nível de benefícios.

- Já há muito tempo que o “contrato social” se quebrou, devido justamente às recorrentes medidas e reformas paramétricas que têm vindo a ser introduzidas, reduzindo crescentemente benefícios de geração em geração, justificadas pela necessidade de dar sustentabilidade financeira ao sistema de pensões, acomodando de forma administrativa e parcial as condições económicas e demográficas e outras (ex. finanças públicas) que afectam a capacidade de fazer despesa e de realizar receita. Simplesmente, estas alterações não só não resolveram os desequilíbrios financeiros de longo prazo, como aprofundaram as iniquidades intergeracionais e estão a mostrar não ser capazes de garantir a adequação do rendimento na reforma. As taxas de substituição aferidas ao último salário estão num trajecto decrescente, estimando-se uma evolução de 50% em 2020, 43% em 2030 e 31% em 2060 (*).

Os problemas não se podem reduzir à dimensão financeira e não podem ser atribuídos, como alguns querem fazer crer, à crise que o País atravessa. Ou seja, basta retomar os níveis do emprego antes da crise e os problemas desaparecem! A crise veio, sim, antecipar ou evidenciar a necessidade de repensarmos o caminho que tem vindo a ser seguido.

A dimensão financeira é uma consequência de outras dimensões: económica, demográfica e política. A pegada demográfica vai-nos roubar progressivamente cerca de 800 mil pessoas até 2030 e 2,4 milhões de pessoas até 2060, a população com mais de 65 anos será o triplo da população jovem e a população activa sofrerá uma redução de 1/3 face à situação actual (*). Sabemos que estas datas ainda estão longe, mas falar de pensões implica justamente a capacidade de olhar para lá do imediato e dos períodos eleitorais.

A dimensão social vai-se progressivamente complicando e a margem de manobra política vai-se estreitando com o agudizar de um processo de perda de valor já de si crónico.

- A prioridade está, a meu ver, na construção de um projecto para o sistema de pensões que seja capaz de reestabelecer a confiança, que seja financeiramente sustentável, que assegure a equidade entre gerações e a adequação do rendimento na reforma. Que não se resuma à coisa financeira, mas que tenha também objectivos macro económicos: promover a competitividade, a poupança de longo prazo e a valorização do capital humano.

Reestabelecer a confiança significa as pessoas compreenderem quais são os problemas e acreditarem em mudanças capazes de repor a equidade e conferir estabilidade. Sem estas condições os participantes do sistema não se comprometem positivamente. A ideia de que as pensões são um fardo social e um peso para a despesa pública e um entrave à economia está errada. Um olhar assim é a prova de que muitas coisas não estão bem. Ora, um sistema de pensões deve ser parte activa no desenvolvimento económico e social.

As gerações mais novas deixaram de acreditar que valha a pena fazer contribuições, duvidam, até têm certezas, que o sistema lhes venha a pagar uma pensão quando um dia chegarem à idade da reforma e temem que lhes seja exigido mais esforço contributivo, por via do aumento da taxa contributiva e/ou por via do aumento dos impostos. O princípio da contributividade perdeu-se, a relação entre as contribuições e as pensões tem-se vindo a desmoronar, com a interferência dos impostos para resolver défices financeiros do sistema. A promessa de um

benefício definido estabelecido por uma fórmula de cálculo que não pára de ser alterada vai subvertendo passivamente o sistema, transformando-o num benefício indefinido. É isto que queremos?

- Como referido acima, os programas eleitorais da Coligação e o Partido Socialista reconhecem a existência de problemas financeiros estruturais, colocando a tónica na demografia, mas não apresentam, para já, um plano ou uma visão para estabilizar o sistema de pensões.

As propostas de introdução de mecanismos de plafonamento de ambos os programas (leia-se tectos às contribuições a receber e tectos às pensões a pagar), no caso da Coligação horizontal e no caso do Partido Socialista vertical, sendo actuarialmente neutros no tempo - isto é, o que determinam em redução de contribuições actuais tem como contrapartida no longo prazo uma redução das correspondentes pensões futuras - não são, a meu ver, nem uma solução nem uma prioridade.

É verdade que há muitos países europeus - alguns deles citados como exemplos de modelos de Estado Social a seguir, como é o caso da Suécia (não consta que tenha feito uma qualquer privatização da segurança social) e para não ir tão longe olhe-se para a vizinha Espanha - que introduziram mecanismos de plafonamento e/ou taxas contributivas diferenciadas em função dos níveis salariais. Mas fizeram-no inseridos numa lógica de reforma dos seus sistemas de pensões e/ou dispondo de recursos financeiros/reservas financeiras para o efeito e/ou em circunstâncias orçamentais de alguma distensão na escolha de opções de políticas públicas.

Nestes países, o mecanismo do plafonamento foi acompanhado de outros mecanismos visando a efectiva poupança privada para a reforma, colectiva ou individual, de modo a melhorar a pensão global. Em Portugal este pilar não está desenvolvido, reduz-se a pensão pública sem cuidar de a complementar com outro tipo de poupança. Apenas 5,5% dos trabalhadores dispõem de planos de poupança complementar para a reforma de iniciativa das empresas e apenas 3,3% faz planos de poupança para a reforma. As pensões pagas pela poupança privada para a reforma (2º e 3º pilares) correspondem apenas a 1,8% do total da despesa pública com pensões dos regimes contributivos. Números que contrastam negativamente com a média dos países da União Europeia e da OCDE (**).

É, a meu ver, uma prioridade inverter esta cultura. O simples facto de vivermos mais tempo deveria suscitar a necessidade de transferência de mais rendimento da vida activa para a vida na reforma. A que acresce a redução crescente das pensões públicas.

- O denominador comum da aceitação da existência de dificuldades financeiras estruturais, inseridas num contexto de necessidade de melhorar o desempenho da economia, levará, julgo, mais tarde ou mais cedo, a uma reforma que envolva pelo menos os partidos do arco da governação. Mas o tempo não perdoa, há um sentido de urgência.

Diz o ditado popular que “a necessidade aguça o engenho”. Aplica-se neste caso? Gosto do caso da Suécia para ilustrar que é politicamente possível numa sociedade democrática fazer reformas – no caso da Suécia uma reforma politicamente difícil, mas bem-sucedida - quando as elites políticas trabalham de uma forma catalisadora, longe dos olhares mediáticos e no local apropriado, o parlamento. A forma de preparar e trabalhar uma reforma é um ponto chave.

A propósito da Suécia vale a pena as nossas elites políticas olharem para a reforma que este país empreendeu - em circunstâncias económicas e de finanças públicas semelhantes às nossas e com os mesmos problemas que enfrentamos no sistema de Segurança Social e mais concretamente no sistema de pensões – e para os resultados alcançados. A viabilidade técnica da capitalização virtual – modelo de repartição com contas individuais que registam as contribuições e as valorizam em função do desempenho da economia – está hoje bem demonstrada pela experiência sueca de reforma do sistema de pensões.

Não deveríamos estar condenados à recorrente adopção de ajustamentos avulsos ou paramétricos agravando a iniquidade intergeracional e reduzindo a adequação das pensões sem ultrapassar em definitivo as ameaças à sustentabilidade do sistema de pensões, como tem sido a experiência dos últimos dez anos.

Persistir na pedagogia da reforma estrutural, como não me canso de fazer, funciona como um antídoto, embora reconheça a sua duvidosa eficácia.

(*) Projeções Comissão Europeia, 2015

(**) Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, Orçamento do Estado